



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 3, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 3 - EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.03.46>

Recebido em: **04/09/2020**

Aprovado em: **06/09/2020**

**AValiação da Aprendizagem na EJA: um instrumento para a construção do conhecimento dos adolescentes em medida socioeducativa de internação; EVALUATION OF LEARNING IN EJA: an instrument for the construction of knowledge of adolescents in socio-educational measure in deprivation of freedom; EVALUACIÓN DEL APRENDIZAJE EN EJA: un instrumento para la construcción del conocimiento de los adolescentes en una medida socioeducativa en privación de libertad**

**RENILDES DE MELO SOUZA**

<https://orcid.org/0000-0002-9831-6067>

**CYNTHIA DA SILVA ANDERSON**

<http://orcid.org/0000-0002-4586-9098>

**ADVANUSIA SANTOS SILVA DE OLIVEIRA**

## RESUMO

O presente artigo tem como objeto avaliação da aprendizagem na EJA: um instrumento para a construção do conhecimento dos adolescentes em medida socioeducativa de internação. Sendo assim, o artigo propõe discutir sobre a relevância do processo avaliativo como instrumento da construção do conhecimento, tendo em vista a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com alunos em cumprimento de medida socioeducativa em privação de liberdade. Metodologicamente, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com método qualitativo, a partir dos autores Hoffmann (1991), Luckesi (2010), Rosso (2015), entre outros. Em suma, a prática avaliativa continuada no contexto socioeducativo é proeminente para a reintegração escolar e ressocialização dos adolescentes infratores.

**Palavras-chave:** Avaliação da Aprendizagem. EJA. Socioeducação.

## ABSTRACT

This article aims to assess learning in EJA: an instrument for building the knowledge of adolescents in a socio-educational measure of hospitalization. Therefore, the article proposes to discuss the relevance of the evaluation process as an instrument for the construction of knowledge, with a view to Youth and Adult Education (EJA) with students in compliance with socio-educational measure in deprivation of liberty. Methodologically, a bibliographical and exploratory research was developed, with a qualitative method, based on the Hoffmann (1991), Luckesi (2010), Rosso (2015), among others. In short, the continued evaluative practice in the socio-educational context is prominent for school reintegration and re-socialization of adolescent offenders.

**Keywords:** Learning Assessment. EJA. Socio-education.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo evaluar el aprendizaje en EJA: un instrumento para la construcción del conocimiento de los adolescentes en una medida socioeducativa de la hospitalización. Por tanto, el artículo propone discutir la relevancia del proceso de evaluación como instrumento para la construcción del conocimiento, con miras a la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) con los estudiantes en el cumplimiento de la medida socioeducativa en privación de libertad. Metodológicamente, se desarrolló una investigación bibliográfica y exploratoria, con un método cualitativo, basada en los autores Hoffmann (1991), Luckesi (2010), Rosso (2015), entre otros. En definitiva, la práctica evaluativa continuada en el contexto socioeducativo es destacada para la reinserción escolar y resocialización de los adolescentes infractores.

**Palavras clave:** Evaluación del aprendizaje. EJA. Socioeducación.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática a avaliação da aprendizagem como instrumento da construção do conhecimento, na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltados para adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em privação de liberdade. A proposta deste tema é relevante na medida em que o desafio da EJA, em especial, com alunos na socioeducação, é preparar o educando para a sociedade e promover o desenvolvimento intelectual e pessoal para garantir o exercício da cidadania e mudanças para um novo conceito de vida.

Neste sentido, a avaliação da aprendizagem é um tema que traz reflexões de diversos educadores a favor de uma avaliação continuada que possibilite uma aprendizagem significativa e diferenciada da avaliação tradicional. Discutir sobre as práticas avaliativas na EJA com adolescentes em medida socioeducativa de privação de liberdade é uma oportunidade de imbuir valores que promovam efetivamente um ensino de qualidade para a emancipação do sujeito histórico, transformando a si e a sociedade.

Mediante o exposto, segue o problema: Quais fatores inviabilizam a avaliação na aquisição da aprendizagem significativa nas práticas da EJA com adolescentes em medida socioeducativa de privação de liberdade? A fim de responder o problema, elegemos como objetivo discutir sobre a importância do processo avaliativo como instrumento da construção do conhecimento, tendo em vista a Educação de Jovens e Adultos com alunos em cumprimento de medida socioeducativa em privação de liberdade.

Vale ressaltar que, no contexto metodológico, para atingir os objetivos da pesquisa parte das abordagens exploratória e descritiva. O estudo se fundamenta em análise de materiais já publicados, e também na análise de dados através de técnicas de pesquisa. Lakatos e Marconi (2010) dizem que pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública, em relação ao tema de estudo. Quanto às fontes de pesquisa destacam-se as bases de dados da Scielo e da Capes. Fundamentou-se nos seguintes autores: Gadotti (1995), Freire (1991), Hoffmann (1991), Luckesi (2010), Perrenoud (1999), dentre outros, que propõem o desafio de uma prática avaliativa continuada para a emancipação dos estudantes através de práticas avaliativas na modalidade EJA no contexto socioeducativo.

Desse modo, lançar um olhar sobre o adolescente em conflito com a lei na socioeducação é estabelecer a sua responsabilização diante do ato infracional e assegurar a estes adolescentes a condição de sujeito de direitos com todas as garantias processuais que se integram ao caráter pedagógico preconizado no Art. 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). Nesse contexto, a EJA emerge como um processo educativo necessário para oferecer ao adolescente uma formação pessoal e cidadã na construção de novos valores e perspectiva de vida, através da reintegração escolar.

Logo, este trabalho se justifica por ter como foco aferir os fatores que viabilizam a avaliação da aprendizagem como um requisito para o desenvolvimento do educando no processo pedagógico e por exigir práticas diversificadas de acompanhamento do público socioeducativo que é marcado pela evasão e déficit de distorção série/idade em seu processo de escolaridade.

Dessa maneira, a avaliação é um instrumento para a verificação da aprendizagem e deve estar na prática pedagógica como um mecanismo social que busca a superação e a autonomia do aluno. Assim, possibilitando indicadores para uma aprendizagem significativa que favoreça a perspectiva de inclusão e emancipação enfatizadas no progresso da aprendizagem.

## 2. O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA EJA NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Inicialmente, a educação enquanto instrumento de formação humana percebe o sujeito como histórico, com capacidade e habilidade para desenvolver-se em suas várias dimensões a fim de intervir e transformar a realidade vivenciada em um processo de superação e humanização. Nesta ótica, a Educação no âmbito socioeducativo exerce um papel de reflexão crítica e emancipadora que valoriza a fala do sujeito, privilegiando sua história de vida para desenvolver a ressignificação de sua experiência social. Desse modo, a Educação tem uma função libertadora para construir junto aos socioeducandos uma nova perspectiva de vida e visão de mundo através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Para Paulo Freire:

A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1999, p. 40).

Nessa concepção, o conhecimento é um caminho para a liberdade do homem em sociedade; e a educação, assim como a educação escolar, é o meio apropriado para o desenvolvimento integral do indivíduo por favorecer a integração da multiplicidade cultural, de pensamentos e problemas reais do cotidiano de cada sujeito, permitindo, assim, que as pessoas aprendam, interajam e aprimorem o pensamento crítico.

Pensar em educação para adolescentes em privação de liberdade implica perceber que esta educação acontece em um espaço peculiar e que para o processo de ressocialização o princípio primordial da educação é essencialmente transformador. Se bem observado, é um espaço marcado pela presença de indivíduos com situação de vulnerabilidade, exclusão social, evasão escolar e déficit (distorção) série/idade em que a educação tem como objetivo valorizar o desenvolvimento integral do indivíduo, suas competências e habilidades de forma global, priorizando práticas de intervenções humanizadoras, emancipadoras e ressocializadoras com vistas à formação de conscientização cidadã para uma nova atuação em sociedade.

Nesse contexto, Gadotti (1995, p. 147) enfatiza que, a educação só tem sentido na medida em que é concebida como ação visando à participação e autonomia. Educação é um processo de transformação do indivíduo e da sociedade. Desse modo, a visão do autor sobre a educação é uma práxis capaz de libertar o homem de toda situação de “opressão” através da libertação de sua consciência, para ser um sujeito crítico e reflexivo capaz de transformar a realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva. Portanto, uma educação para a liberdade com a capacidade de formar homens-sujeitos que atuem como cidadãos e que não sejam apenas espectadores.

Dessa forma, no contexto da socioeducação deve pautar na integração social, nas relações interpessoais, no convívio social e na aprendizagem significativa. Além de corroborar que o (a) jovem em cumprimento da medida socioeducativa exerça a sua cidadania, se torne reflexivo, crítico de suas ações, do seu ser e de tudo que o cerca como indivíduo e como cidadão do mundo.

Refletindo sobre o contexto educacional deste jovem, Pinto e Silva (2014) elencam que a socioeducação está pautada dentro de um conjunto articulado de ações e se aproxima da educação por se voltar ao desenvolvimento da potencialidade dos jovens. Conforme com as autoras;

[...] a prática da socioeducação não deve ser vista como exclusividade para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Ela deve abranger e fazer parte do processo de formação de qualquer criança e adolescente

devendo estar ao lado da educação formal e da educação profissional, não pode ser vista como menos importante do que estas. (PINTO & SILVA, 2014, p. 147).

Vislumbrando o papel educacional na EJA que permita a prática da socioeducação através de estratégias de intervenção, desenvolvendo projetos inclusivos, reflexivos, interativos, socioemocionais, entre outros, com intuito de promover nos indivíduos um pensamento crítico para novos comportamentos sociais.

Em vista disso, se por um lado, a educação no Sistema Socioeducativo objetiva reafirmar e consolidar a natureza pedagógica com ações interventivas que visam construir junto aos adolescentes conceitos de vida que fortaleçam os princípios éticos da vida social, por outro lado, o direito à Educação Escolar não será negado, uma vez que a continuidade da escolarização dos adolescentes em conflito com a lei é obrigatória e parte integrante no regime de reclusão nas instituições socioeducativas de internação. Como afirma o artigo 124 do Estatuto da Criança e Adolescente-ECA /90: “São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: (...) XI - receber escolarização e profissionalização”. (BRASIL, 1990).

Neste cenário, a escolarização ofertada aos adolescentes é a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Uma modalidade da Educação Básica regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que garante no Art. 37 (BRASIL, 1996) uma educação para pessoas que não tiveram as oportunidades educacionais garantidas em idade adequada, marcadas por determinantes sociais, econômico e políticos, como é o caso dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade que estão custodiados pelo Estado.

Segundo Julião (2011, p. 149), o objetivo da EJA em espaço de privação de liberdade é “possibilitar a reinserção social do apenado e, principalmente, garantir a sua plena cidadania”. Como também, é legitimada por ser a educação escolar favorável devido à rotatividade dos adolescentes que de acordo com a sentença judicial tem um período de seis meses a três anos de permanência na Unidade Internação.

Nessa compreensão, a escola nos espaços de privação de liberdade com alunos autores de ato infracional se torna um desafio na atuação dos professores para resgatar a motivação dos adolescentes pela escola e formação escolar. Ao considerarmos esse desafio, Rosso (2015) destaca que:

[...] o que esperar de uma escola localizada num ambiente de internação com privação de liberdade? Com recursos extremamente restritos, não podendo haver passeios, explorações, pesquisas na internet e nem mesmo utilização de materiais simples do cotidiano escolar, como tesoura e apontador, entre outros essenciais para o desenvolvimento cognitivo. (ROSSO, 2015, p. 21)

Nesse processo, as práticas pedagógicas e as metodologias utilizadas devem ser diferenciadas, voltadas para as necessidades dos alunos conjuntas aos conteúdos programáticos, objetivando, assim, o resgate da reintegração escolar e a motivação para a permanência dos estudos durante e após o cumprimento da medida socioeducativa. Beber (2007, p. 79) revela que: “Tratar educação em Espaços Prisionais requer não apenas dar aulas no formato estabelecido versando o aprender conteúdo, requer, gerir sistematicamente ações que convergem entre si um fazer que reedue, ressocialize e reintegre”.

Nesta perspectiva, a escolarização na socioeducação com a modalidade EJA deve articular os saberes escolares com a prática social do aluno, associando conhecimentos prévios, novos conhecimentos adquiridos e a prática social para que tenha uma aprendizagem significativa, ausente de fatores que

desmotive e estimule a desistência. Nesse sentido, Paulo Freire (1991) afirma que:

Não devemos chamar o povo à escola para receberem instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história (...) (FREIRE, 1991, p. 16).

É nesses parâmetros que a Educação auxilia significativamente a Socioeducação através da modalidade da EJA para a inclusão dos adolescentes em privação de liberdade no ambiente escolar. Para Moran (2000), a contribuição da Educação ao educando é:

[...] ajudar os alunos na construção de sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional – do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornar-se cidadãos realizados, produtivos e éticos. (MORAN, 2000, p. 58).

Essa colocação do autor confirma que a educação é um processo permanente de aprendizagem e permite construir suas identidades e direcionar a realização pessoal, social e profissional. Portanto, qualificar, estimular, motivar, ressocializar e reintegrar o aluno na vida pessoal e social é o papel da educação com a modalidade EJA na Socioeducação.

## **2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM INSTRUMENTO PARA A APRENDIZAGEM CONTÍNUA**

É inegável o poder de transformação da educação. E na EJA, em contexto socioeducativo, não é diferente. Por ser uma modalidade de ensino para alunos com peculiaridades diferentes do ensino regular, requer maior atenção dos professores como mediadores do ensino e aprendizagem. Por isso, é oportuno lembrar que as ações pedagógicas devem ser diferenciadas do método tradicional, e o sistema de avaliação diferente do tradicional exige inovações para suprir a realidade do aluno.

Essas inovações servem como requisitos necessários para o desenvolvimento pleno e motivacional do aluno, assegurando a construção de conhecimentos significativos que possibilitem a ampliação da capacidade de compreensão de si mesmos e do mundo, bem como, sua permanência na escola; e com isso auxiliar a transformação de vida dos adolescentes infratores.

À vista disso, a prática de ensinar e aprender respaldadas em mudanças leva a avaliação a assumir um novo mecanismo para a construção do conhecimento. Sobre o método tradicional e as inovações na educação, Haydt destaca que:

A educação: não mudou apenas os métodos de ensino, que se tornaram ativos, mas incluir também a concepção de avaliação. Antes, ela tinha um caráter seletivo, uma vez que era vista apenas como uma forma de classificar e promover o aluno de uma série para outra ou de um grau para outro. Atualmente, a avaliação assume novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar em que medida os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem estão sendo atingidos. (HAYDT, 1997, p. 14).

Ao longo do tempo, a palavra avaliação tem uma correspondência à cobrança, classificação ou reprovação que marcam experiências negativas e um maior esclarecimento do objetivo real. Em busca no dicionário Houaiss (2001, p. 353), a palavra avaliação é definida como “verificação que objetiva determinar a competência, o progresso etc. de um profissional, alunos etc.”; e o dicionário Michaelis (2008, p. 100), define como “ato de avaliar; calcular ou determinar o valor; o preço ou o merecimento de; [...]”. Como vemos, no primeiro, a definição do ato de avaliar é determinante de competências, no outro, um ato de juízo de valores.

Nesse sentido, Oliveira (2008, p. 230) ressalta que “a avaliação consiste em um processo mais amplo que pode tornar a medida como uma de suas dimensões, mas se associa à elaboração de juízo de valor sobre a medida e a proposição de ações a partir dela”. O referente autor nos mostra que a avaliação vai além de medir conhecimentos, e os resultados alcançados na avaliação servem como direcionamento para que os professores definam práticas que estabeleçam uma ação processual e continuada no processo de aprendizagem do aluno. Hoffmann (2001, p. 78) relata que “a avaliação propicia a mudanças, o progresso e a aprendizagem. Por isso, é considerada processual, contínua e participativa, diagnóstica e investigativa”.

Como podemos constatar, a relação professor-aluno e o ensino-aprendizagem estão intrínsecos aos conceitos da avaliação da aprendizagem presentes em todas as etapas da ação pedagógica em sala de aula.

Nessa perspectiva, discutir sobre a avaliação da aprendizagem nos faz pensar em que tipo de avaliação praticamos no cotidiano escolar e das mudanças necessárias na ação pedagógica e avaliativa. Essa reflexão direciona os atos docentes com relação ao processo de avaliação para utilizarem instrumentos avaliativos em função da construção do conhecimento e autonomia do aluno, através do acompanhamento do desempenho e correções das dificuldades apresentadas para reforçar seu desenvolvimento cognitivo e evolução na aprendizagem. Assim, a reflexão favorece a desconstrução avaliativa tradicional que constitui na memorização e atribuições de nota finalizando um ciclo da aprendizagem que muitas vezes desmotiva e desestimula a continuidade dos estudos e em consequência teremos a evasão e a distorção série/idade.

Dessa maneira, a contribuição para o avanço da compreensão do processo avaliativo tem sido discutida por diversos autores a exemplo de Hoffmann (1991), Luckesi (2010), Perrenoud (1999), dentre outros. São abordagens específicas que, no conjunto, auxilia a reflexão para o desenvolvimento de uma avaliação ampla e continuada no processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo assim o processo avaliativo como um caminho para transformação social. Nessa concepção dos autores, a avaliação da aprendizagem é um instrumento de acompanhamento do desenvolvimento do aluno, um meio de verificação dos avanços e das dificuldades na aprendizagem para auxiliá-los a superar através de um processo contínuo e não classificatório.

De acordo com Luckesi (2005, p. 31), a avaliação serve como “um mecanismo de diagnóstico da situação visando o avanço e o crescimento e possibilita ao aluno condições de emancipação humana”. E o autor ainda acrescenta que “o resgate do significado diagnóstico da avaliação [...], de forma alguma quer significar menos rigor na prática da avaliação, que deverá verificar a aprendizagem a partir dos mínimos necessários”. (Ibid, p. 44). Com relação à reflexão dos discentes sobre a prática avaliativa, Luckesi (Ibid, p. 42) argumenta que “[...] como proposta de ação é a mudança de cada um de nós, professor, pedagogo, educador, para novos rumos da prática educacional [...] Implica o entendimento novo da situação e dos rumos a seguir na prática diária”.

Na visão de Perrenoud (1999, p. 33), “a avaliação inscreve-se sempre em uma relação social, uma transação mais ou menos tensa entre, de um lado, o professor e, de outro, o aluno e sua família”. Para o autor, “a avaliação deve promover a invenção didática capaz de alimentar uma ação pedagógica inovadora. Nem sempre há negociação explícita.” Perrenoud (1999, p. 51), diz ainda que, “não há orientação escolar sem avaliação.” Outro aspecto levantado pelo autor é que:

Uma avaliação mais formativa não toma menos tempo, mas dá informações, identifica e explica erros, sugere interpretações quanto às estratégias e atitudes dos alunos e, portanto, alimenta diretamente a ação pedagógica, ao passo que o tempo e a energia gastos na avaliação tradicional desviam da invenção didática e da inovação. (PERRENOUD, 1999, p. 51).

Já Vasconcelos (1998, p. 26) enfatiza que, “o grande entrave da avaliação é o seu uso como instrumento de controle, de inculcação e discriminação ideológica”. O referido autor ainda escreve que:

[...] praticamente houve uma inversão na sua lógica, ou seja, a avaliação que deveria ser um acompanhamento do processo educacional, acabou sendo tornando-se o objetivo deste processo, na prática dos alunos e da escola; é o famoso “estudar para passar. (VASCONCELOS, 1998, p. 26).

Hoffmann (1991, p. 18) argumenta que, “a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento”. E ainda comenta que o “sentido fundamental da ação avaliativa é o movimento, a transformação”. (Ibid, p. 110). Hoffmann (1991, p. 18) esclarece que, “um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo, do termo, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldadas e terminais”.

Nesse sentido, a Psicologia educativa se preocupa em desenvolver estratégias de aprendizagem que promovam interligações entre os conceitos estudados. Estas estratégias partem do conhecimento adquirido através de um processo de leitura crítica, tratando de relacionar o novo conhecimento com os conhecimentos que eles já possuem de tal maneira que a aprendizagem resultante seja significativa (AUSUBEL, 1982).

Conforme Ausubel (1982), a aprendizagem significativa está relacionada com uma nova ideia e o conhecimento prévio, as informações previamente adquiridas pelos alunos. Assim, as ideias expressas, a exemplo de imagens, símbolos ou conceitos se integram de maneira não-arbitrária e não-literal, e se relacionam ao que o aluno já conhece permitindo significamente a nova aprendizagem, esse processo é chamado pelo autor de subsunção. Essas ideias estão relacionadas aos aspectos existentes na estrutura cognitiva do aluno que são diferenciadas pelo autor como: aprendizagem por recepção ou descoberta, na qual o conteúdo é apresentado em sua forma final para que o aluno assimile; e a aprendizagem automática (por memorização) que se distingue da aprendizagem significativa.

Nessa mesma esteira de reflexão o autor (Ibid, p. 34) argumenta que “a aprendizagem significativa envolve a aquisição de novos significados e os novos significados, por sua vez, são produtos da aprendizagem significativa”. Em outras palavras, a aprendizagem significativa é a antítese da aprendizagem por memorização, a qual, desfavorece a construção de conhecimentos pelo próprio aluno. Já a aprendizagem significativa propicia um ensino ativo e cooperativo com criatividade para a integração do novo conhecimento aos já existentes. Dessa maneira, favorece a estrutura de conhecimentos relevantes e compromisso emocional estabelecendo, assim, a visão de ensino e aprendizagem construtivista.

Portanto, a avaliação da aprendizagem é relevante para motivar o interesse e desenvolvimento do aluno, como também deve ser vista pelos professores como um instrumento de avaliação que permite inovações e continuidade da aprendizagem com foco no acompanhamento da dificuldade e avanços

dos alunos.

### 3. A AVALIAÇÃO NA EJA EM CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

De acordo com o Art. 47. das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010), a avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político. Só assim a avaliação estará comprometida com a formação do indivíduo que será capaz de contribuir eficazmente na transformação da estrutura social que exclui milhões de jovens da escola na idade adequada e que passam a formar o contingente da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Na educação de Jovens e Adultos, o processo avaliativo do aluno deve ser de interação com seu progresso e desenvolvimento cognitivo, colaborando, dessa forma, para aumentar o nível de aprendizagem e favorecer a participação ativa no processo de ensino-aprendizagem. Cabe ressaltar que no processo avaliativo a construção de conhecimentos, a reflexão, criatividade, a parceria do professor desenvolve a autoavaliação e a autonomia do aluno por aprender anulando os déficits da aprendizagem.

Nesse sentido, Luckesi (1999, p. 43) diz que: “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”.

Na socioeducação, a avaliação deve estar comprometida com a formação humana, contribuir no processo de construção da autonomia, da consciência e da cidadania passando pela produção de conhecimento do aluno, fazendo com que compreenda o mundo em que vive para além de usufruir, conhecê-lo e transformá-lo. Sendo assim, o processo de avaliação da aprendizagem deve ser condizente à realidade do aluno com intervenções para a construção do conhecimento. Nessa ótica, Vasconcellos (2005) esclarece que:

Os alunos, desde cedo, precisariam ser orientados para dar um sentido ao estudo; [...] na tríplice articulação entre compreender o mundo em que vivemos, usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e transformar este mundo, qual seja, colocar este conhecimento a serviço da construção de um mundo melhor, mais justo e solidário”. (VASCONCELOS, 2005, p. 69).

Nesse processo, a avaliação mediadora baseada no diálogo e aproximação professor-aluno com práticas de ensino de acordo com a realidade dos alunos, sem punição, competição e julgamento se faz necessária para que a construção do conhecimento seja uma aprendizagem significativa e motivacional para a continuidade do processo escolar, assim como na ressocialização dos socioeducandos. Nesse sentido, Hoffmann (1996) considera que a avaliação deve ter um caráter mediador:

A avaliação, enquanto relação dialógica, vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e também pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. (HOFFMANN, 1996, p. 148).

As questões que envolvem os alunos da EJA no contexto socioeducativo no processo de escolaridade são representadas pela exclusão, desmotivação e falta de interesse causadas pela vivência da criminalidade e/ou pela experiência do ensino-aprendizagem tradicional por meio da avaliação classificatória a que foram submetidos. Desse modo, a proposta de ensino-aprendizagem e de

avaliação na EJA, com alunos em privação de liberdade, deve ser marcada pela perspectiva construtivista que favorece o diálogo, a interação de professores e alunos, ações pedagógicas e avaliações pautadas na construção do conhecimento significativo. Nesse entendimento, Silva relata que:

Os internos nessas Unidades são ?jovens que em liberdade não puderam aprimorar o desenvolvimento de suas potencialidades humanas, que não encontraram ainda o sentido de suas vidas e que não adquiriram escolarização ou profissionalização suficientes para lhes assegurar um lugar em suas comunidades [...]. (SILVA, 2011, p. 104)

Nessa mesma esteira de reflexão, Berger afirma:

O professor, através dos resultados da avaliação, utiliza os erros da aprendizagem, as falhas dos alunos não para castigá-lo, mas como indícios para a melhoria de sua atuação, o que irá reverter em uma melhoria da aprendizagem do aluno; desta forma, há um redimensionamento na concepção de erro. (BERGER, 2002, p. 40).

Nessa perspectiva, a presença do professor é essencial para promover a reintegração dos adolescentes no processo de ensino-aprendizagem e motivação para a permanência escolar com o objetivo da aquisição da escolarização e formação profissional. Nesse caso, na socioeducação, a avaliação é favorecida pelos atendimentos individuais que fazem parte da rotina em sala de aula, motivando o aluno para as trocas de saberes e vivências com os professores, assim ocasionando uma maior interação, respeito e confiança. Com relação a isso, Hoffmann (2001, p.116) esclarece que “precisamos registrar e organizar dados da nossa memória para compartilhar com os outros as histórias vividas, para que possa ressignifica lá e recriá-las, atribuindo novos sentidos”. A mesma autora acrescenta que:

O significado essencial da avaliação é o “prestar muita atenção” no aluno, procurando conhecê-lo para entender suas falas, seus argumentos, ouvindo suas perguntas, fazendo-lhes questões desafiadoras, na busca de alternativas para uma ação voltada para a autonomia moral e intelectual. (HOFFMANN, 2001, p. 34)

Na EJA, em especial no sistema socioeducativo, é fundamental que o professor oriente a prática avaliativa para a identificação das dificuldades e desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, capacitando-os a associar os conhecimentos escolares com a vida, para uma formação de sujeitos participativos e críticos. Dessa forma, Hoffmann diz que o processo avaliativo:

Deve estar centrado no entendimento imediato pelo aluno das noções em estudo, ou no entendimento de todos em tempos equivalentes. Essencialmente, porque não há paradas ou retrocessos nos caminhos da aprendizagem. Todos os aprendizes estarão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisa abranger a diversidade de traçados, provocando-os a prosseguir sempre. (HOFFMANN, 2001, p. 47).

De fato, na prática avaliativa se deve confrontar os saberes diferentes e os “erros” devem ser analisados através de um contexto para que a avaliação não represente uma classificação, e sim um

processo contínuo e sistemático do processo de ensino e aprendizagem que tem como objetivo a construção do conhecimento. A propósito disso, Hoffmann afirma que:

Sem tomar a tarefa como um momento terminal e, sim, como um elo de uma grande corrente, tanto os „erros? dos alunos como as dúvidas dos professores em interpretá-los, retornarão à sala de aula para serem discutidos por todos, elementos importantes e positivos na continuidade das ações desenvolvidas, de outras tarefas propostas. Nesse sentido, o momento da correção passa a existir como um momento de reflexão sobre as hipóteses que vierem sendo construídas pelo aluno e não para considerá-las como definitivamente certas e erradas. (HOFFMANN, 1996, p. 65).

É de suma importância buscar significados para permitir que a avaliação contribua no processo ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno ser ativo na própria construção do conhecimento, e que o professor valorize a independência e individualidade do educando para que a avaliação seja vista como um instrumento a favor da aprendizagem. Para Hoffmann (1991, 112), “a construção do ressignificado da avaliação pressupõe dos educadores um enfoque crítico da educação e do seu papel social”. E Luckesi (2005, p. 33) destaca que “a avaliação da aprendizagem deve ser um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo”.

Essa ressignificação somente é possível através do comprometimento do ato pedagógico em consonância com um trabalho planejado em sala de aula para promover mudanças no ensino-aprendizagem. Dessa maneira, envolver a teoria e a prática às novas concepções efetiva a avaliação da aprendizagem na perspectiva emancipatória. Vasconcelos (1998) enfatiza que:

a mudança da prática da avaliação implica numa revisão das concepções de aprendizagem. É um equívoco querer mudá-la sem mudar a forma de trabalho em sala de aula. Como fazer avaliação no processo se não há participação constante do aluno em sala de aula? O essencial está mantido e tenta-se apenas fazer uma avaliação “diferente”. Se a aula é repetitiva, decorativa, ingênua, passiva, como propor uma avaliação crítica, participativa, reflexiva? Uma vez que se tenta mudar a dinâmica do trabalho, ter-se-á condições de mudar a avaliação (VASCONCELLOS, 1998, p. 78).

Por fim, constatamos que a avaliação da aprendizagem na EJA está em todo o processo de ensino-aprendizagem por meio da ação-reflexão. Considerando os limites e diferenças dos alunos para permitir o crescimento, competências e habilidades que estimulem a ultrapassar os obstáculos na construção do conhecimento, e que o professor, no papel de mediador, precisa criar métodos atrativos para que a aprendizagem seja processual e significativa para proporcionar uma transformação individual e social na vida dos alunos socioeducandos.

## CONCLUSÃO

A escolha pelo tema avaliação da aprendizagem na EJA: um instrumento para a construção do conhecimento dos adolescentes em medida socioeducativa de internação permitiu no decorrer desta pesquisa discutir sobre a relevância do processo avaliativo como instrumento da construção do conhecimento, tendo em vista a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com alunos em cumprimento de medida socioeducativa em privação de liberdade.

Neste sentido, nós, educadores, devemos sempre lembrar que lidamos com seres humanos, racionais e sujeitos de sua própria história. Como tais, têm direito de aceitar, discordar, de refletir, contestar,

de serem participativos e autônomos no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, os professores devem refletir sobre suas práticas pedagógicas, metodologias utilizadas, e principalmente sobre a avaliação como um processo que identifique o desempenho dos (as) alunos(as) em benefício da construção do conhecimento.

Nesta perspectiva, a escola, a família, a equipe multidisciplinar devem convergir para melhor formação do (a) jovem/adolescente em privação de liberdade de forma integral do ser humano, na essência de suas relações com ele próprio, com o outro, com a vida e com o seu redor. Oportunizando a ele avaliar sua trajetória como ser, como estudante e quiçá como um profissional dentro do mercado de trabalho. Permitindo que após a avaliação o mesmo construa um projeto de vida, que interrompa a sua trajetória de atos infracionais e vislumbre um futuro educativo, social e profissional.

Neste contexto, a avaliação precisa ser indagativa, investigativa e diagnóstica. Não devemos imaginá-la algo pronto e acabado, como se fosse uma verdade absoluta e pré-moldada. Devemos pensar na avaliação como um processo construído passo a passo para que o aluno possa refletir e transformar essa reflexão em ação.

Diante disso, a avaliação da aprendizagem na modalidade EJA no contexto socioeducativo é relevante por ser uma avaliação contínua que considera os aspectos cognitivos, culturais e sociais dos educandos e por ter como objetivo analisar o desempenho dos alunos para minimizar as dificuldades apresentadas, impulsionar o seu desenvolvimento e intensificar a aprendizagem significativa. Dessa maneira, o processo de ensino- aprendizagem é beneficiado por uma ação transformadora que possibilita a interação e a autoanálise para a emancipação e construção do conhecimento.

Portanto, devemos ter a visão que a avaliação é uma ferramenta que nos dá o suporte de acompanhar o nosso educando no dia a dia da escola e da vida, buscando instigá-lo a pensar, a ser participativo, a descobrir, raciocinar para efetivamente ter uma progressão educativa acompanhada da aprendizagem significativa para seu desenvolvimento cognitivo e pessoal.

## REFERÊNCIAS

- AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.
- BEBER, B. **Reeducar, reinserir e ressocializar por meio da educação à distância**. Tese de doutorado. (Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Curso Tecnólogo, Universidade Federal de Santa Catarina. 2007. p.146.
- BERGER, M. A. **Avaliação da aprendizagem: pressupostos teóricos, vivências e desafios**. Sergipe: Gráfica J. Andrade, 2002.
- BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.068/90). Brasília:1990.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Número 9.394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB**. n.4 de 13 de julho de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 284.
- FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 14.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação**. Mito e desafios, uma perspectiva construtivista. 36 ed. Porto Alegre: Mediação, 1991.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JULIÃO, E. F. **Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal**. 2011. Anais. Disponível em: . Acesso em: 02 jul. 2020.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem escolar**, ed .11. São Paulo: Cortez, (1999, 2001, 2010).
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MICHAELIS. **Dicionário prático da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MORAN, J. M. **Mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias Interações**. vol. V, núm. 9, jan- jun, 2000, pp. 57-72 Universidade São Marcos São Paulo, Brasil.

OLIVEIRA, R. P. **Avaliações externas podem auxiliar o trabalho pedagógico da escola? In: Educação: fazer e aprender na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, p. 230-237, 2008.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PINTO, P. & SILVA, R. Socioeducação: que prática é essa? In I. L. Paiva, C. Souza & D. B. Rodrigues (Orgs.), **Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo**. Natal: Editora da UFRN. 2014. p. 147.

ROSSO, A. Z. **A Utilização de Software Educativo na Educação de Menores Infratores**. 2015. Especialização (Especialista em Mídias na Educação) Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/133977/000975855.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, Roberto da. Por uma Política Nacional de Educação para os Regimes de Privação de Liberdade no Brasil. In: LOURENÇO, Arlindo da; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (orgs.). **O Espaço da Prisão e suas Práticas Educativas: Enfoques e Perspectivas Contemporâneas**. São Carlos: EduFSCar, 2011.

VASCONCELLOS, C. S. **A avaliação da aprendizagem, práticas de mudança: Por uma prática transformadora**. São Paulo: Libertad, 1998.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

\* Mestranda em Educação. Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Luís de França, graduada em Pedagogia pela Faculdade Pio X, em Letras Português/Francês, pela Universidade Federal de Sergipe. Professora de Ensino Básico na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos com Adolescentes em Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade na Rede Pública Estadual de Sergipe. Membro dos grupos de estudo GEES (Grupo de Estudo em Educação Superior) e FOPTIC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação) E-mail: renildesmsouza@hotmail.com.

\*\*Especialista em Ciências da Natureza e suas Tecnologias pela UnP, Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Pio X. Licenciada em Matemática pela UFS, Professora de Matemática da Rede Pública Estadual de Sergipe. Membro dos grupos de estudo GEES (Grupo de Estudo em Educação Superior) e FOPTIC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação) E-mail:cyndanderson@hotmail.com.

\*\*\* Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior (FSLF); Psicopedagogia Clínica e Institucional (FSLF); Atendimento Educacional Especializado (AEE- FAVENI); Alfabetização e Letramento (FAVENI) e Libras (FAVENI). Graduada em Letras-Português /Espanhol pela Universidade Tiradentes (2009) e em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2005). Técnica em Turismo (CEFET/SE). Professora do Atendimento Educacional Especializado da Secretaria Municipal de Aracaju- SE. Membro dos Grupos de Pesquisa GPETEC (Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias e Contemporaneidade-UNIT) e APOGEU (Grupo de Pesquisa em Avaliação, Política, Gestão e Organização da Educação-UFS).E-mail: oliveiraadvanusia@gmail.com.